



Público

30-12-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 140

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

## Empréstimos bancários beneficiam 14 mil estudantes

**Rafaela Freitas**

● Desde que foi lançado, em 2007, o sistema de empréstimos bancários a taxas reduzidas a estudantes do ensino superior já beneficiou perto de 14 mil alunos. O sistema estava suspenso desde o início do ano lectivo por dívidas do Ministério da Educação e Ciência à Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM), a entidade que gere o processo, mas será retomado em breve depois das garantias da tutela de que pagará os cinco milhões de euros em falta.

Os juros manter-se-ão baixos e os prazos de reembolso alargados, assegura José Fernando Figueiredo, presidente da SPGM. Mas as associações

académicas mostram-se preocupadas com o que dizem ser a “lógica de substituição” das bolsas de estudo em que funcionam os empréstimos e com o risco de “endividamento precoce” dos estudantes.

Luís Rodrigues, presidente da Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), diz que o fundo não seria necessário “se a acção social fosse de encontro às necessidades

11 mil  
Euros é o valor médio do empréstimo a cada estudante, que pode ir até aos 25 mil no caso de cursos mais longos

de todos”. A visão é partilhada pelos dirigentes associativos das academias do Porto e Coimbra, que criticam a sua utilização como um “instrumento de substituição” das bolsas.

O presidente da SPGM diz, contudo, que não são os alunos bolseiros o “principal cliente” deste sistema. O fundo é transversal à situação económica dos estudantes, assegura José Fernando Figueiredo, e, mesmo que haja alguma “sobreposição” destes empréstimos com as bolsas, a maioria dos credores são “pessoas para quem isto é um complemento”.

“Complemento” que pode ir até aos 25 mil euros por aluno, dependendo do curso e da sua duração. Em média, são concedidos entre 11

e 12 mil euros por estudante, um valor que, a somar às facilidades de pagamento concedidas, obriga a uma negociação “que não é fácil” com os bancos parceiros. Na opinião do presidente da SPGM, e tendo em conta a actual conjuntura económica do país, chega a haver neste sistema uma “componente de responsabilidade social” da parte da banca.

Para Eduardo Melo, presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC), o sistema traz, pelo contrário, “ganhos aos bancos privados”. Daí que se manifeste contra ele, ou contra a prioridade que lhe está a ser dada, em detrimento do “necessário reforço das bolsas de acção social escolar”.